

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 26/2015**

Período: 25/07/2015 – 31/07/2015

GEDES – Brasil

- 1- Documentos da Comissão Nacional da Verdade serão disponibilizados ao público
- 2- Emprego das aeronaves Super Tucano na Colômbia
- 3- Brasil solicitou redução das tarifas de financiamento da compra de aeronaves da empresa Saab AB
- 4- Aeronave da Força Aérea Brasileira realizou pouso forçado
- 5- Almirante da reserva foi acusado na Operação Lava Jato
- 6- Polícia Federal iniciou investigação do programa de submarinos da Marinha
- 7- Procuradoria entrou com ação na Justiça para que o Exército implemente cotas

1- Documentos da Comissão Nacional da Verdade serão disponibilizados ao público

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um acervo de documentos relacionados a investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) será disponibilizado para consulta pública no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a *Folha*, os documentos também estarão disponíveis na internet. Segundo a *Folha*, o acervo contará com “documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes do Estado, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, registros de diligências, laudos periciais, plantas e croquis de estruturas militares”. Haverá ainda documentos oriundos de comissões locais, parentes de vítimas e cooperação com governos de países como Argentina, Alemanha, Chile, Estados Unidos e Uruguai. O primeiro lote, composto por cerca de 6 mil documentos, já foi recebido pelo Arquivo Nacional, porém ainda não está aberto ao público. A previsão é de que o segundo lote seja disponibilizado no mês de agosto. De acordo com *O Estado*, o ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, ressaltou a importância de que o povo conheça sua história para tomar decisões no presente. Os periódicos lembraram que a CNV, instalada em 2012, tinha como objetivo investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985) no país. Em relatório final, entregue em dezembro de 2014, a comissão apontou 377 agentes como responsáveis por crimes no período, 434 mortos e desaparecidos por ação do regime, além de uma lista contendo locais onde ocorreram violações. *O Estado* ressaltou a notável presença, nas listas, de médicos acusados de atuar em institutos legais nos quais eram fraudados laudos para encobrir violações cometidas por agentes do regime. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 25/07/15; *O Estado de S. Paulo* – Política – 25/07/15)

2- Emprego das aeronaves Super Tucano na Colômbia

O periódico *O Estado de S. Paulo* ao tratar do conflito entre o Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) destacou o emprego das aeronaves A-29 Super Tucano, produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Segundo o jornal, no dia 01/03/08, durante

a operação Fênix, a Força Aérea e o Exército colombiano atacaram o acampamento do comando do bloco sudoeste das Farc, onde se encontrava o comandante Raúl Reyes. De acordo com *O Estado*, a operação “é considerada o ponto de mudança na guerra civil que já dura 50 anos”. Entre os equipamentos utilizados no emblemático ataque estão os turboélices brasileiros Super Tucanos, de ataque leve e apoio às tropas. O jornal lembrou que, em 2005, a Colômbia comprou do Brasil 25 unidades da aeronave por aproximadamente US\$ 235 milhões e que a frota foi entregue entre 2006 e 2008. Segundo *O Estado*, no início os bombardeios eram realizados pelos jatos leves Cessna, do tipo A-37 Dragonfly, mas posteriormente as bombas guiadas por feixe de luz laser passaram a ser disparadas preferencialmente do Super Tucano, que se mostrou “decisivo no enfrentamento”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/07/15)

3- Brasil solicitou redução das tarifas de financiamento de aeronaves da empresa Saab AB

No dia 28/07/15 o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que o encontro ocorrido no dia anterior entre a comissão do Swedish Export Credit Corporation (SEK), banco de desenvolvimento da Suécia, e o ministro da Defesa brasileiro, Jaques Wagner, terminou sem acordo. A comissão é responsável pelo financiamento da venda de 36 caças, produzidos pela empresa sueca Saab AB, para o Brasil, e veio ao país a pedido para negociar possível redução dos juros nos termos de financiamento do contrato de venda dos caças. O jornal afirmou que o banco será responsável por financiar 100% do projeto, que conta com um período de 8 anos de carência e 15 anos para o pagamento, sendo que as aeronaves serão entregues antes do início do abono do financiamento. Segundo o jornal, a comissão afirmou que não pode alterar os juros previstos no pré-contrato, o qual já foi aprovado pelo Parlamento do país e foi baseado na taxa prevista pelo Banco Central europeu, e que “a redução dos juros abriria um precedente que o país não estaria disposto a enfrentar”, pois 60% de sua economia é baseada em exportações. O periódico lembrou que um pré-contrato foi assinado em 2014 e apresentava uma previsão de 2,54% de juros anual. No entanto, *O Estado* afirmou que “o governo brasileiro ainda acha que poderá contar com a boa vontade dos suecos porque eles também têm interesse no projeto” e o banco já aceitou diminuir de R\$ 1 bilhão para R\$ 200 milhões a primeira parcela. De acordo com o jornal, diante de um processo de ajuste fiscal, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, passou a insistir na redução da taxa de juros “alegando que uma mudança permitiria ao Brasil gastar US\$ 1 bilhão a menos em 25 anos”. O jornal afirmou que o contrato final do projeto estava previsto para ser assinado até o final de junho de 2015 ou o pré-contrato deixaria de ser válido. No entanto, no dia 23/06/15 a presidenta da República, Dilma Rousseff, telefonou ao primeiro-ministro da Suécia, Stefan Lofven, buscando conseguir uma extensão do prazo para assinar o contrato final, sendo que as negociações podem ir até outubro, embora o jornal afirme que “por enquanto não há sinais de que o tempo a mais vá trazer uma solução”. O jornal relatou que a comissão sueca ofereceu novamente a possibilidade de estender os prazos de pagamento, o que reduziria a parcela a ser paga em 2016, mas a equipe econômica brasileira considera insuficiente essa possibilidade, insistindo na redução dos juros. O jornal lembrou que o atraso na assinatura do acordo final impossibilita que um primeiro grupo de

engenheiros brasileiros da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e técnicos da Força Aérea Brasileira (FAB) desloque-se para a Suécia para participar do desenvolvimento das aeronaves. No dia 30/07/15 *O Estado* noticiou que, após três dias de negociação, a redução objetivada pelo Estado brasileiro foi aceita. Deste modo, a taxa de juros passou de 2,54% para 2,19% ao ano. Ademais, o jornal afirmou que o contrato deverá ser aprovado pelo Senado, uma vez que o financiamento implica no aumento do endividamento externo. (*O Estado de S. Paulo – Política – 28/07/15; O Estado de S. Paulo – Política – 30/07/15*)

4- Aeronave da Força Aérea Brasileira realizou pouso forçado

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, uma aeronave Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB) realizou um pouso forçado no dia 26/07/15, na Base Aérea de Lagoa Santa, na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. De acordo com o jornal, a aeronave estava sendo utilizada para treinamento no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa e nenhum dos três homens a bordo ficou ferido. A FAB não disponibilizou maiores informações sobre o acidente (*Correio Braziliense – Brasil – 29/07/15*)

5- Almirante da reserva foi acusado na Operação Lava Jato

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 28/07/15 a Polícia Federal prendeu, em caráter temporário, o almirante da reserva Othon Luiz Pinheiro da Silva, acusado por procuradores da Operação Lava Jato de receber propina quando era presidente da Eletrobras Eletronuclear, durante o ano de 2005. Segundo os jornais, as investigações da Operação Lava Jato foram estendidas ao setor elétrico devido à suspeita de que os desvios encontrados na empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) poderiam estar sendo reproduzidos em obras desse setor, como a da usina nuclear Angra 3. O almirante, afastado da Marinha desde o ano de 1994, liderou diversos projetos nucleares, sendo considerado referência internacional na área nuclear. *O Estado* informou ainda que Pinheiro da Silva recebeu propina para garantir que o consórcio Angramon, formado pelas empreiteiras Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht, Techint, MPE, Camargo Corrêa e UTC, fosse o vencedor da licitação para a construção de Angra 3. Segundo o jornal, o juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, declarou que os crimes cometidos pelo almirante não podem ser considerados crimes militares, uma vez que seu afastamento da Marinha ocorreu antes que Pinheiro da Silva cometesse os crimes. A suspeita do envolvimento do militar resultou da delação premiada do executivo Dalton dos Santos Avancini, ex-presidente da empresa Camargo Corrêa. De acordo com a *Folha*, o almirante, que se encontra preso no quartel do Comando da 5ª Região Militar, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, recebeu parte da propina no mês de dezembro de 2014, data em que as investigações da Operação Lava Jato já estavam em andamento. (*Folha de S. Paulo – Poder – 29/07/15; Folha de S. Paulo – Poder – 30/07/15; O Estado de S. Paulo – Política – 29/07/15*)

6- Polícia Federal iniciou investigação do programa de submarinos da Marinha

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal iniciou uma investigação do programa de submarinos da Marinha, realizando a apreensão de diversos documentos no dia 28/07/15. O programa, instituído no ano de

2009 como parte do acordo militar entre Brasil e França, prevê o fornecimento de tecnologia francesa para a construção de quatro submarinos convencionais e um nuclear. De acordo com a *Folha*, a suspeita de irregularidades no programa originou-se quando a empreiteira Odebrecht, contratada pelo estaleiro francês DCNS para a construção de uma nova base naval, tornou-se alvo da Operação Lava Jato. Não houve licitação para que a empreiteira assumisse as obras, uma vez que, ao envolver segurança nacional, estas são sigilosas, ocorrendo sem regulação da Lei de Licitações. Segundo o jornal, a Odebrecht negou as acusações. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/07/15)

7- Procuradoria entrou com ação na Justiça para que o Exército implemente cotas

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Procuradoria da República entrou com uma ação na Justiça para que o Exército reserve 20% das vagas de seu concurso público para formação de cadetes para negros e pardos, como prevista pela Lei de Cotas. Segundo o periódico, o Exército afirmou que essa lei prevê “tratamento diverso” dos demais servidores civis, motivo pelo qual a medida não foi implementada. A Marinha, porém, já adotou esta norma. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/07/15)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – <http://www.correioweb.com.br>

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)